



~O Programa Mulheres Mil em Aracaju- SE: contribuição para a elevação da escolaridade e inserção das egressas no mercado de trabalho

Maria Auxiliadora Silva Moreira Oliveira
Maria da Conceição Almeida Vasconcelos

Eixo Temático: Educação e políticas públicas

RESUMO

Este artigo objetiva refletir sobre o Programa Mulheres Mil (PROMIL) e a sua contribuição para a elevação da escolaridade e a inserção das egressas no mercado de trabalho. A análise tem como base o desenvolvimento do Programa no Instituto Federal de Sergipe (IFS), Campus Aracaju e é parte de uma pesquisa *stricto sensu* realizada em 2013. De caráter quantiquantitativo, se orientou pelo método materialista-histórico-dialético, tendo como universo sessenta mulheres estudantes egressas do PROMIL. Para a coleta de dados foram aplicados formulários, com perguntas abertas e fechadas. Os resultados indicaram que o fato de estarem participando do PROMIL não significou mudanças substantivas em suas vidas, no tocante à elevação da escolaridade e inserção no mercado de trabalho.

Palavras-chave: Programa Mulheres Mil. Escolaridade. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This article reflects on the Thousand Women Program (PROMIL) and its contribution to raising the level of education and the inclusion of the alumni in the labor market. The analysis is based on the development of the program at the Federal Institute of Sergipe (IFS), Aracaju Campus and is part of a research *stricto sensu* held in 2013. Quantitative in character, was guided by the materialist-dialectical historical method, with the universe sixty women graduates students PROMIL. For data collection forms were applied, with open and closed questions. The results indicated that the fact that they are participating in PROMIL not meant substantial changes in their lives with regard to increasing schooling and entering the job market.

Keywords: Thousand Women Program. Schooling. Labour market.

1 Introdução

Este artigo busca refletir sobre a contribuição do Programa Mulheres Mil (PROMIL) para a elevação da escolaridade das participantes deste, bem como a sua inserção no mercado de trabalho. É parte de uma pesquisa *strictu sensu* concluída em 2013, que teve como objeto de estudo o referido programa desenvolvido no IFS, Campus Aracaju.

A pesquisa foi realizada com as egressas da primeira e terceira turmas do programa em Aracaju, totalizando um universo de sessenta estudantes. Deste universo, foi utilizada uma amostra do tipo não probabilística

intencional, constituída de doze estudantes das turmas acima mencionadas. Participaram do estudo seis egressas da primeira turma (oriundas da comunidade Santa Maria, na cidade de Aracaju e que fizeram o curso de artesanato com materiais recicláveis); e seis da terceira turma (oriundas da comunidade Coqueiral, na cidade de Aracaju e que fizeram o curso de Camareira). A seleção destas foi feita mediante alguns critérios: ter disponibilidade e interesse em participar da pesquisa e se encontrar em idade ativa, ou seja, que não tivesse atingido a faixa etária considerada como idosa.

O PROMIL é uma iniciativa do Ministério da Educação, desenvolvido através da Secretaria Nacional de Educação Tecnológica (SETEC), tem amplitude nacional e, nas esferas locais, são os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia os responsáveis por sua execução. O programa ficou assim estabelecido:

Instituído pela Portaria nº 1.105, de 21 de julho, o Programa Nacional Mulheres Mil – Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável – está inserido no Plano Nacional Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que consolidam as políticas públicas e diretrizes governamentais de inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade. [...] o Programa está alinhado a um contexto e conjunto de prioridades das políticas públicas e das diretrizes da política externa do Governo Brasileiro, entre elas o alcance do projeto Metas Educativas 2021 – a educação que queremos para a geração do bicentenário – promovido pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e aprovado pelos chefes de Estados e Governos dos países membros, em dezembro de 2010 (BRASIL, 2011, p.01).

A elevação da escolaridade e a inserção no mercado de trabalho são objetivos do PROMIL, que, na esfera nacional, se propõe a oferecer as bases de uma política social de inclusão de mulheres em situação de vulnerabilidade social por meio do acesso à educação profissional, ao emprego e a renda. Especificamente, o PROMIL se propõe a estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade; possibilitar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica de um “alunado não tradicional”; ofertar cursos e programas de Educação Profissional e Tecnológica, com elevação da escolaridade e formação cidadã; articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas solidárias e a empregabilidade (BRASIL, 2011).

Tais objetivos se coadunam com uma política de qualificação profissional que já vem sendo gestada, principalmente nas últimas décadas, com a adoção de programas governamentais, cujo objetivo é capacitar para o trabalho.

Com as mudanças que se processam no mercado de trabalho, cada vez mais tem se exigido dos trabalhadores novas competências e qualificações para a sua inserção em atividades laborativas. Essas exigências foram se acentuando ao longo de processos históricos, a depender de cada conjuntura, mas sempre com o foco no mercado de trabalho.

A globalização da economia, as ideias neoliberais, a pressão dos organismos internacionais, são elementos importantes, na atualidade e na configuração do capitalismo em âmbito mundial, pois influenciam, diretamente, nas políticas sociais e, particularmente, a Educação. A divisão internacional do Trabalho, as novas exigências oriundas da competitividade mundial, a reestruturação e organização da produção, vão repercutir nas políticas de Educação. Se desde o início do processo de industrialização os procedimentos educativos tinham como foco atender às exigências das indústrias, na atualidade, essas exigências se ampliam diante do novo cenário mundial.

O que se observa na atualidade é uma gama de programas e projetos por meio dos quais o governo procura justificar a necessidade de qualificação, diante das exigências do mercado de trabalho, independente da forma como ocorrem e de seus resultados. O cumprimento de metas numéricas muitas vezes não significam qualidade das ações, nem mesmo o atendimento de objetivos, sempre direcionados para a inserção no mercado de trabalho e/ou ao surgimento de empreendimentos individuais ou coletivos.

Programas governamentais são desenvolvidos, objetivando atender a essas novas cobranças e à lógica de capacitação para o trabalho. Destaca-se o Programa Mulheres Mil, objeto de estudo desta pesquisa, enquanto uma ação de caráter educacional que tem como meta contribuir com a formação profissional e tecnológica de mulheres pobres, promovendo a igualdade entre os sexos e autonomia destas. No documento que instituiu o Programa em âmbito nacional, enquanto política pública (BRASIL, 2011, p.03), está claro que se trata de uma proposta que visa “aliar a educação ao trabalho, visando à diminuição de problemas em comunidades de

baixo índice de desenvolvimento humano”. Assim, o PROMIL, se apresenta como uma política pública voltada a atender parcela de mulheres no Brasil, que está relegada à vulnerabilidade social, com vistas à melhoria de sua escolaridade, com maiores possibilidades de inserção no mercado de trabalho.

2 O Programa Mulheres Mil (PROMIL)

Segundo o documento intitulado Programa Nacional Mulheres Mil Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, o PROMIL foi fruto de uma cooperação internacional estabelecida entre Brasil e Canadá, por meio de um convênio chamado Promoção de Intercâmbio de Conhecimento para Promoção da Equidade (PIPE). Após uma experiência inicial em 2005, no Rio Grande do Norte, foi o ano de 2007 o marco inicial das atividades do PROMIL, tendo a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), como os órgãos financiadores no Brasil. O Canadá contou com a Canadian International Development Agency (CIDA) e o College Canadenses como financiadores.

No Brasil, o Programa ficou sob a responsabilidade do Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF) e os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia. A iniciativa foi implantada, primeiramente, em caráter experimental, em treze estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil (BRASIL, 2011, p.03).

Para participar do Programa era necessário ser mulher, ter entre dezoito e sessenta anos e apresentar quadro de exclusão social, educacional e econômica, configurado como baixo nível de escolarização, pobreza acentuada e baixa autoestima. As atividades do Programa estavam voltadas para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso e a permanência na instituição de ensino, além de buscar eixos tecnológicos específicos em cada comunidade a qual pertenciam as mulheres; buscava-se, sobretudo, a formação cidadã e a inserção destas mulheres no mercado do trabalho.

O PROMIL foi iniciado, utilizando como metodologia a Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagens Prévias (ARAP), sendo esta desenvolvida no Canadá através do Community Colleges canadense, pela Associação das Faculdades Comunitárias Canadenses (ACCC). Esta metodologia foi adaptada à realidade brasileira e frente a isto teve acrescentado em sua proposta a elevação da escolaridade e a organização de curso de formação profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – integrado ao Ensino Fundamental e Médio (BRASIL, 2011, p.03).

Com suas ações ampliadas, na segunda etapa o programa alcançou treze Estados da região Norte e Nordeste do Brasil, a saber: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins (BRASIL, 2011, p.03). Tais Estados tinham autonomia para escolher a área em que o programa capacitaria as mulheres; neste sentido eram feitos diagnósticos e análises dos arranjos produtivos locais, além de ser elencado o potencial de mão de obra que dispunham as instituições proponentes.

Os dados demonstram que, na ocasião, foram capacitadas 810 mulheres, de vinte e quatro comunidades da periferia dos grandes centros urbanos, além de presídios e também assentamentos rurais. Quanto à natureza dos cursos ofertados, foi possível perceber que alguns deles contribuíram para a inserção em ocupações de caráter autônomo (artesanato, reciclagem, corte e costura); outros ofertaram possibilidade de um emprego formal (camareira, cuidador familiar, manipulação de alimentos, corte e costura). Além disto, destacou-se o caso específico de Roraima, que atuou exclusivamente, com a alfabetização de mulheres presidiárias.

Em Sergipe, o IFS capacitou sua primeira turma intitulada “Do lixo à cidadania”, composta por trinta mulheres oriundas do Bairro Santa Maria (localizado na zona sul da capital sergipana e com alto índice de violência e exclusão social), e teve como parceria a Cooperativa de Agentes Autônomos de Reciclagem de Aracaju (CARE) e o Ministério Público Estadual (MPE). Na oportunidade foi estimulado o desenvolvimento da atividade artesanal, tendo-se como matéria-prima materiais recicláveis. As mulheres participantes desta turma do programa eram catadoras deste tipo de material e foram organizadas em cooperativa após terem sido retiradas do lixão existente na comunidade. A segunda turma do programa em Sergipe foi intitulada “Pescando Conhecimento” e capacitou trinta mulheres marisqueiras do povoado Taíçoca de Fora, comunidade ribeirinha localizada no município de Nossa Senhora do Socorro (região conhecida como grande Aracaju e que se caracteriza como cidade dormitório). Neste caso, a qualificação esteve voltada para o artesanato com

cascos de mariscos e para a culinária.

O PROMIL atualmente possui uma cobertura ampla, abrangendo todos os estados brasileiros e ganhando nova configuração. Os principais objetivos do programa são:

Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;

Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica de um alunado não tradicional;

Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação da escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;

Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas solidárias e a empregabilidade;

(BRASIL, 2011, p.07).

Portanto, os objetivos do PROMIL demonstram que ele converge questões relativas à educação para trabalho, e para tanto a elevação da escolaridade aparece como um dos seus pilares, vislumbrando-se, assim, uma melhor possibilidade de inserção no mercado de trabalho.

3. As estudantes egressas do PROMIL: escolaridade e inserção no mercado de trabalho

3.1. O perfil das egressas e os níveis de escolaridade

As participantes da pesquisa apresentaram como característica o fato de serem todas mulheres; em sua maioria, solteiras e com filhos; residentes em bairros periféricos de Aracaju; estarem em uma faixa etária entre vinte e seis e, sessenta anos; possuírem renda que variava entre menos de um e dois salários mínimos; e serem beneficiárias de programas governamentais. Esses dados confirmaram os critérios adotados pelo PROMIL em âmbito nacional, quais sejam: ser mulher, ter entre dezoito e sessenta anos e apresentar quadro de exclusão social, educacional e econômica, configurado pela pobreza acentuada e baixa autoestima.

As participantes da pesquisa, em sua maioria, possuem nível escolar que vai do Ensino Fundamental incompleto ao Médio completo. Somente uma declarou não ser alfabetizada, e outra, alfabetizada. Dentre as doze entrevistas, quatro possuíam o Fundamental completo e, quatro o Ensino Médio completo. De acordo com o PROMIL, uma das condições para participação das mulheres no programa é a baixa escolaridade. Entretanto, não há explícito o que se considera baixa escolaridade (seria o fato de não serem alfabetizadas? Ou de não possuírem o Ensino Fundamental completo?

). Se considerados os dados das egressas sobre a escolaridade, e tendo como parâmetro mínimo o Ensino Fundamental incompleto, para definir que se enquadrariam no padrão de baixa escolaridade, ainda assim os resultados indicavam que a maioria delas estaria acima desse padrão. Entretanto, outros fatores ratificavam sua condição de vulnerabilidade (bairros periféricos, baixa renda, beneficiadas por programas governamentais), o que poderia justificar a participação delas no programa.

Comparados os níveis de escolaridade com a quantidade de filhos, verificou-se o que é explicitado por Marques, Barbosa e Hutz (2010), quando destacam o aumento da escolaridade entre a população feminina e atribuem a isto as mudanças de valores, de credos e de comportamento sexual, além das transformações culturais, e da entrada da mulher no mercado de trabalho, que ocasiona a diminuição da prioridade da mulher em se tratando dos aspectos domésticos e familiares, como a maternidade. Os dados da pesquisa revelam que as egressas do PROMIL que possuíam maior quantidade de filhos eram as que tinham os menores níveis de escolaridade - Fundamental incompleto e Fundamental completo. Pode-se inferir que o fato de necessitarem cuidar dos filhos, pode ter levado essas mulheres a deixarem de frequentar a escola.

Ainda tratando da escolaridade, no sentido de compreender a relação existente entre os resultados apresentados e conhecer as características deste público, cruzaram-se os dados de escolaridade com a renda. Assim, foi possível perceber que as mulheres que possuíam maior escolaridade eram também as que possuíam a maior renda.

Sem dúvida tem ocorrido o crescimento da presença das mulheres no mercado de trabalho. As estatísticas mostram que, cada vez mais, elas estão nele inseridas e com níveis de escolaridade mais avançados do que os homens. Estas mudanças influenciam o comportamento social das mulheres, tanto no âmbito público como no privado (IBGE 2012, p.86).

Convém destacar que no PROMIL/Aracaju, são as mulheres mais velhas as que possuem maior escolaridade, e também a maior renda. Nesses casos estavam aquelas que eram aposentadas ou que possuíam vínculo empregatício formal (agente de saúde, professora primária, auxiliar de cozinha), o que contribuía para a existência de uma renda fixa, além de serem ocupações que exigiam um maior nível de escolaridade.

Contraditoriamente, embora o nível de escolaridade da maioria das mulheres do PROMIL não fosse, predominantemente, baixo, as suas rendas eram baixas, corroborando com a afirmação de Marques, Barbosa e Hutz (2010, p. 199), quando destacam que “a despeito dos maiores anos de estudo, os salários das mulheres continuavam significativamente inferiores aos dos homens, e essa diferença aumentava quanto maior fosse o nível educacional”. As mulheres, historicamente, têm remuneração mais baixa que a dos homens.

De acordo com Cunha (2000, p.132), “sua elevada participação no mercado de trabalho é partilhada com a ocupação de postos de trabalho desqualificados, mal pagos e pior remunerados, além de dificilmente contarem com a possibilidade de um processo de requalificação profissional”.

Logo, mesmo as mulheres que conseguem galgar níveis maiores de escolaridade, ainda encontram obstáculos frente à inserção no mercado de trabalho e a obtenção de uma renda que seja compatível com as atividades desenvolvidas e com o nível de responsabilidade exigido.

[...] Seja qual for o nível de escolaridade e o setor de atividade considerado, os salários das mulheres são inferiores aos dos homens. Assim, a escolaridade não constitui um fator que permita às mulheres o acesso a postos de trabalho de igual qualidade ou remuneração que os obtidos pelos homens. Isso significa que os avanços femininos de escolaridade não têm sido suficientes para modificar, de forma substancial, a desigualdade socioeconômica (YANNOULUS; SAMPAIO, 2001, p. 77 -78).

No caso das participantes da pesquisa e, considerando os elementos do perfil das mesmas, no que diz respeito à questão da escolarização e à renda, é possível compreender que

as taxas de participação [no mercado de trabalho] das mulheres mais pobres e com menos escolaridade são significativamente inferiores àsquelas observadas nos grupos de mulheres com rendimentos médios e altos. Isso significa que as mulheres mais pobres e menos escolarizadas enfrentam importantes dificuldades adicionais para entrar no mercado de trabalho, como consequência, entre outros fatores, dos maiores obstáculos que têm de enfrentar para compartilhar as responsabilidades domésticas, em particular o cuidado com os filhos (ABRAMO, 2001, p. 3).

Assim, em se tratando da caracterização dos sujeitos da pesquisa, tornou-se possível afirmar que eles atendem ao preconizado pelo Programa, uma vez que, de fato, são mulheres em situação de vulnerabilidade social e com déficit nas questões de escolaridade e de Trabalho e renda. Somado a isto, fatores como a localização das comunidades das quais as mulheres se originam, presença de benefícios governamentais, também coadunam para que se possa ratificar que o perfil das estudantes egressas condiz com o requerido.

3.2 O PROMIL e a elevação da escolaridade

Embora apenas uma mulher estivesse estudando quando participou do programa, a maioria (58,3%) afirmou ter havido, com a participação no curso, estímulo para elevar a escolaridade. Porém, nenhuma delas voltou a estudar, apesar de, em sua totalidade, reconhecerem a importância dos estudos para a inserção no mercado de Trabalho.

Nas suas falas, as egressas do PROMIL/Aracaju destacaram alguns motivos que as impediram de continuar os estudos: problemas de saúde, desânimo, idade, trabalho, conformação com o próprio nível de escolaridade, falta de tempo, problemas pessoais. Deste modo, foi perceptível que, apesar de afirmarem a importância de continuar estudando, essa não era uma perspectiva para as suas vidas, uma realidade que não gostariam de vivenciar. Segundo algumas participantes, os problemas relacionados à saúde foram destacados como empecilho para a continuidade dos estudos. Outras indicam que já estão satisfeitas com o nível da escolaridade alcançado, o que poderiam ou gostariam era de participar de cursos de curta duração. O desenvolvimento das atividades laborativas também foi apontado como fator de impedimento à continuidade dos estudos. Algumas mulheres afirmaram que não voltaram a estudar devido à falta de tempo, ao cansaço ocasionado pelo trabalho, ao fato de terem constituído família e a problemas de ordem pessoal.

A falta de tempo pode ser explicada pela dupla jornada de trabalho enfrentada pelas mulheres, quando precisam assumir as tarefas do local de trabalho e de casa e, muitas vezes, não contam com a colaboração de outras pessoas. O cansaço, fruto dessa dupla jornada, também é ocasionado pela precariedade das ocupações e condições de trabalho destinadas às mulheres que, muitas vezes, trabalham mais, para ganhar menos que os homens.

Metade das egressas é cooperada da CARE e sobrevive da reciclagem do lixo, uma atividade insalubre e que exige esforço físico, pois trabalham em pé e a todo tempo com o manuseio das mãos para operar a esteira, por onde o material reciclável passa. Ao final do expediente de trabalho não há mais condições físicas e também subjetivas para estudar. A outra metade das estudantes pesquisadas é composta por mulheres já aposentadas, com o nível escolar mais elevado (parte delas já terminou o nível médio) e, assim, se dão como satisfeitas, não desejando mais retomar aos estudos. Além disto, também possuem problemas de saúde que as impedem de estudar.

Outra questão apontada nos depoimentos é a necessidade de interromper os estudos a partir do momento que constituíram uma família. Sobre essa afirmativa é importante pontuar que ainda permanece a ideia construída historicamente de que a mulher foi criada para casar, ter filhos e cuidar do marido. Apesar da evolução em termos das conquistas conseguidas pelas mulheres, no sentido de garantir sua presença no espaço público, a herança cultural de ser “dona de casa” ainda permanece e influencia na tomada de decisão das mulheres, principalmente se estabelecem relações com homens que ainda trazem concepções e práticas de provedor, de mando e subserviência, como um dos requisitos para a permanência da mulher em casa. Além disso, o fato de às mulheres serem oferecidas ocupações pouco atrativas, financeira e profissionalmente, e a depender da situação econômica que se encontre, pode fazer com estas optem pelo ambiente privado.

Apesar de em todos os depoimentos elas terem informado que a volta aos estudos não era algo que vislumbravam para suas vidas, a educação aparece em todas as falas como a possibilidade de se conseguir algo melhor. Foi perceptível a falta de perspectiva com relação à elevação da escolaridade, reproduzem o discurso propagado de que a Educação é necessária, mas elas não veem real aplicabilidade em suas vidas.

Essas questões apontadas pelas mulheres revelam o lado imediato da questão. Além dessas explicações, que fazem parte do cotidiano pessoal e profissional, e do ambiente em que vivem, é fundamental pensar esse contexto no interior do sistema capitalista no qual o acesso à Educação sempre foi um privilégio dos ricos, cabendo aos pobres, no máximo, cursos técnicos ou o acesso a uma escola de baixa qualidade.

A conformação do lugar onde se encontram, a falta de perspectiva quanto ao futuro escolar, revelam, entre outros, a própria forma capitalista de pensar, ou seja, cabe ao indivíduo a culpa de não conseguir ir além do que está estabelecido. Quando frequentam os bancos escolares, encontram um tipo de Educação que contribui com a reprodução do capital e que não tem interesse em formar cidadãos críticos-reflexivos. Assim, não há interesse que se descortine a realidade porque pode ser uma ameaça para a (des) conformação social.

3.2 As egressas do PROMIL e a inserção no mercado de trabalho

Apesar de não terem continuado os seus estudos, as mulheres foram unânimes ao afirmar que a Educação é uma importante ferramenta para a inserção no mercado do Trabalho. Os dados revelaram que a grande maioria das participantes da pesquisa (75%) já exercia atividade remunerada antes de participar do PROMIL e, com o mesmo percentual, estão aquelas que continuaram a exercer algum tipo de ocupação quando foi realizada a pesquisa.

Tais afirmações podem se fundamentar no fato de metade das mulheres pesquisadas já se encontrarem, antes da realização do curso, na situação de cooperadas da CARE, de onde retiram sua renda mensal. São estas mesmas mulheres que afirmaram não ter ânimo nem disposição para voltar a estudar.

Chama a atenção o fato de um número expressivo de mulheres (66,7%) afirmar que a atividade que exercem não tem relação com o curso do PROMIL que participaram. As egressas do PROMIL, cooperadas da CARE, por exemplo, não conseguiram encontrar a conexão entre o curso ofertado e uma possível mudança em suas ocupações. Embora o curso realizado – artesanato com materiais recicláveis – esteja vinculado ao setor da reciclagem, segundo elas, difere da atividade desenvolvida na cooperativa, uma vez que trabalham com a separação de material reciclável para a venda direta aos compradores, sem qualquer tipo de modificação.

Acrescentaram que a atividade artesanal requer outro momento para o desenvolvimento dos produtos, o que não era possível diante da rotina de Trabalho das mesmas. O máximo que aproveitaram foi fazer algum tipo de artesanato para o uso pessoal.

No caso destas mulheres, o que chama a atenção é que dentro dos objetivos do PROMIL, em âmbito nacional, consta estimular “o empreendedorismo, as formas associativas solidárias” e, em nenhum momento, foi feita, pelas participantes da pesquisa e que são cooperadas da CARE, a articulação do curso com esse conteúdo e a vivência das mesmas na qualidade de cooperadas.

Contraditoriamente, 75% das egressas afirmaram que os conhecimentos adquiridos durante a participação no programa ajudou na melhoria da atividade que desenvolviam, o que demonstra uma contradição nas respostas, isto porque afirmaram, anteriormente, não haver ligação entre ambos. Entretanto, como indicado antes, essa desvinculação foi mais perceptível entre as cooperadas da CARE.

Se o objetivo, com a realização dos cursos, era o aperfeiçoamento profissional destas mulheres e proporcionar outra opção de qualificação para a inserção no mercado de trabalho, no caso das cooperadas da CARE, isso praticamente não aconteceu, até porque já estavam desenvolvendo atividades laborativas, como cooperadas. Além disso, como elas mesmas mencionaram, o curso que realizaram (artesanato) não contribuiu para uma qualificação que permitisse uma inserção no mercado de trabalho, mesmo que fizessem a opção de sair da cooperativa.

Já com relação às mulheres residentes no Coqueiral, e que fizeram o curso de Camareira, outros resultados se apresentam: uma se tornou autônoma após realização do curso, e duas conseguiram um emprego formal como camareiras, embora tenham ficado desempregadas posteriormente. Portanto, pode-se considerar uma inserção parcial no mercado de Trabalho, apesar de que, no caso de duas delas, essa inserção tenha sido logo em seguida acompanhada pelo desemprego. Pode-se afirmar, portanto, que um dos objetivos do PROMIL, ou seja, “articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mundo do trabalho”, está longe de ser alcançado.

Os cursos ofertados pelo PROMIL, em Aracaju, no período em análise, foram os de Artesanato com Material Reciclável (Santa Maria) e Camareira (Coqueiral). Ou seja, cursos que historicamente são direcionados para pessoas pobres. É essa lógica do capital: a existência de uma polarização que compreende uma Educação voltada para os ricos em detrimento de outra voltada para a formação dos menos favorecidos. Daí resultam as formações aligeiradas e que não correspondem, de fato, a um resultado conciso de qualificação.

Em absoluta concordância com as transformações ocorridas no mundo do trabalho, as políticas públicas de educação objetivam a contenção do acesso aos níveis mais elevados de ensino para poucos incluídos respondendo à lógica da polarização; para estes, de fato são asseguradas boas oportunidades educacionais, de modo a viabilizar a formação dos profissionais de novo tipo: dirigentes especialistas, críticos, criativos, e bem sucedidos. Para a grande maioria, propostas aligeiradas de formação profissional que independem de educação básica anterior, como forma de viabilizar o acesso a alguma ocupação precarizada, que permita alguma condição de sobrevivência (KUENZER, 1999, p.132).

Ainda de acordo com Kuenzer (p. 136),

[...] é um equívoco imaginar que um curso rápido de formação profissional sem escolaridade básica resolve o problema da inserção do trabalhador no mundo do trabalho, esta proposta cria a falsa representação de que se resolve o problema do emprego através da educação.

No caso das participantes da pesquisa, essa situação se torna ainda mais complexa. Além de não possuírem uma escolaridade que permita concorrer no mercado de trabalho exigente, ainda são submetidos a cursos profissionalizantes que pouco contribuem para uma qualificação profissional de qualidade.

4 Considerações Finais

O PROMIL, como já visto anteriormente, entre os seus objetivos visa o aumento do nível de escolaridade das mulheres participantes do programa, bem como contribuir com a inserção destas no mercado de trabalho. Na atualidade, ações protagonizadas por alguns Ministérios, dentre eles os da Educação e do Trabalho, procuram investir em iniciativas, visando à qualificação profissional como uma estratégia para a inserção e/ou

permanência no mercado de trabalho, tanto no que se refere à oferta de cursos de menor duração, tendo em vista à capacitação de mão de obra, quanto por meio da elevação da escolaridade e de cursos profissionalizantes, por via da expansão da Rede Federal de Educação profissional.

Porém, mesmo diante do esforço em se criar uma nova estrutura para atender a esta demanda no Brasil, onde se congregam ações de qualificação profissional sob diferentes aspectos, acabam por minimizar os efeitos perversos da acumulação do capital que cria novas exigências diante de um mundo globalizado e de concorrência entre os países, contando, nesse processo, com algumas iniciativas, dentre elas os programas governamentais, no âmbito da qualificação profissional.

Dentre essas ações, estão vários Programas, a exemplo do PROEJA1, do PRONATEC2 e do Programa Mulheres Mil (PROMIL). O PROMIL é uma das estratégias de qualificação profissional que agrega mulheres em todo território nacional, enquanto um desdobramento da política de qualificação profissional proposta pelo governo federal.

Os resultados da pesquisa apontam que não houve o aumento da escolaridade das participantes do PROMIL nem também a inserção de uma parcela significativa das mulheres no mercado de trabalho, sendo possível concluir que esses objetivos do PROMIL, de âmbito nacional, foram parcialmente alcançados pelo PROMIL/IFS/Aracaju.

No caso da elevação da escolaridade, o que ocorreu foi o despertar para a inserção em cursos profissionalizantes. A pesquisa mostrou também as dificuldades enfrentadas pelas mulheres para a continuidade dos estudos. A condição de ser mulher, por vezes, limita as possibilidades de vida social, política e econômica. Isto devido aos imperativos da função da maternidade, e da própria condição histórica de desvantagem da mulher em sociedade.

O público feminino, ao qual se destina o PROMIL, vivencia, historicamente, processos de exclusão e precariedade. Faz parte do seu cotidiano situações de desemprego, subemprego, trabalhos temporários, precários e preenchem os quadros de ocupações que exigem pouca ou nenhuma qualificação.

No caso da inserção das mulheres no mercado de trabalho, sabe-se, por exemplo, que este é marcado por significativas e persistentes desigualdades de gênero. De acordo com Abramo (2001), são questões que devem ser levadas em consideração nos processos de formulação, implementação e avaliação das políticas em geral e, em particular, das políticas de emprego, inclusão e redução da pobreza. A taxa de participação das mulheres no mercado de trabalho é um indicador importante para analisar a evolução dos níveis de igualdade de gênero existentes em uma sociedade e um dos caminhos encontrados para diminuir a desigualdade estabelecida, é a inserção no mercado de Trabalho. No caso das egressas do PROMIL/IFS/Aracaju, essa situação se agrava dado o perfil que apresentam e que revela condições de extrema desigualdade social.

Sabe-se que um Programa por si só não teria a condição de garantir, em uma sociedade regida pelo desemprego estrutural, a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Convém pontuar também que a elevação da escolaridade não ocorre espontaneamente, apenas a partir de um estímulo às mulheres participantes do Programa. Questões maiores precisam ser compreendidas.

Próprio da lógica de acumulação do capital e da sua reprodução é necessário existir uma mão de obra sobrando. Além disso, como afirma Mészáros (2008), a política educacional, estando voltada aos interesses do capital, provoca uma formação limitada, sendo preciso romper com esta lógica para que se estabeleça uma transformação social qualitativa. Para este autor, é necessário romper com a lógica do capital se o desejo for uma Educação que não subordine, mas que emancipe. A abordagem educacional tem que adotar a totalidade das práticas político-educacional-culturais, na mais ampla concepção do que seja uma transformação emancipadora.

Portanto, é necessário que a educação não esteja limitada à formação mecanicista e ao adestramento de mão de obra para superar a lógica imposta pelo capital. Para tanto, como afirma Mészáros (2008, p. 55), é preciso haver um reordenamento da política da educação. Para tal autor, temos que “reivindicar uma educação plena para toda a vida, para que seja possível colocar em perspectiva a sua parte formal, a fim de instituir, também aí, uma reforma radical”. Este reordenamento, por sua vez, só se dará se as formas consolidadas do capital forem desafiadas; superando o conformismo e questionando resultados de uma política pública quando não proporcionam mudanças na condição de vulnerabilidade social e econômica.

Referências

- ABRAMO, Laís. A situação da mulher latino-americana: o mercado de trabalho no contexto da reestruturação. In: Revista Proposta, nº 88/89, março/agosto. São Paulo, 2001.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Mulheres Mil na Rede Federal: caminhos da inclusão. Brasília, 2011.
- CUNHA, Maria Amália de A. de. Gênero no trabalho: desemprego, exclusão e precariedade. In: Revista do Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação (NETE) – jul/dez, 1999 – jan/jun, 2000 – nº 6.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira. Estudos e pesquisa. Informação demográfica e socioeconômica n. 29. Rio de Janeiro, 2012.
- KUENZER, Acácia Zeneida. A reforma do ensino técnico no Brasil e suas consequências. In: Revista Trabalho, Formação e Currículo: para onde vai a escola? . (Orgs). FERRETI, Celso João. JUNIOR, João dos Reis Silva. OLIVEIRA, Maria Rita N. Sales. São Paulo: Xamã, 1999.
- MARQUES, Rosa Maria; BARBOSA, Estela Capelas; HUTZ, Ana. A Situação da mulher na América Latina e no Caribe. In: Revista Temporalis. Brasília (DF), ano 10, n. 20, p 197-220, jul./dez. 2010.
- MÉSZÁROS, István. A teoria da alienação em Marx. São Paulo: Boitempo, 2008.
- YANNOULAS, Silvia. SAMPAIO, Myrian. Notas para a integração do enfoque de gênero na educação profissional. In: Trabalho com a Diversidade no PLANFOR: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais. São Paulo: UNESP, 2001.

NOTAS

1 Maria Auxiliadora Silva Moreira Oliveira, Mestre em Serviço Social (UFS) - doramoreira.mestrados@gmail.com
; Maria da Conceição Almeida Vasconcelos, Doutora em Serviço Social (PUC-SP) - calmeida@infonet.com.br

2 PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos tem por objetivo oferecer oportunidade de estudos àqueles que não tiveram acesso ao ensino médio na idade regular. (Disponível em <http://portal.mec.gov.br>).

3 PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica (Disponível em: <http://pronatec.mec.gov.br>).

Recebido em: 13/07/2014

Aprovado em: 13/07/2014

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: